

Conforme nos ensinou uma vez M. Bakhtin, usar a linguagem é tomar parte em um diálogo. Naturalmente, diálogo não será definido aqui apenas como comunicação local, concretizada na presença real ou imaginada de algum tipo de interlocução. O diálogo de Bakhtin tinha outras proporções: toda enunciação pressupõe, responde, colabora ou polemiza com outras enunciações, anteriores e posteriores, síncronas ou assíncronas, e sempre informadas histórica e ideologicamente. Nesse sentido, usar a linguagem é tomar uma posição e engajar-se em uma disputa de poder.

Nos estudos contemporâneos sobre a linguagem, não são poucas as empreitadas como a de Bakhtin, dedicadas a observar as relações entre linguagem, discurso e poder. Pensadores de diferentes tradições de pesquisa, como M. Pêcheux, M. Foucault ou J. Butler, inspiram modelos de interpretação e análise de práticas discursivas que têm em comum o entendimento do mundo social como uma arena de embates para legitimar sentidos.

Muitas dessas tradições se empenham em demonstrar como as práticas simbólicas de sujeitos e grupos sociais criam, modelam e sustentam ordens econômicas e políticas, bem como identidades e relações. Mais ainda, os estudos do discurso podem mostrar como sentidos, crenças, valores e rótulos têm seu estatuto parcial e provisório invisibilizado, travestindo-se assim de consenso ou verdade até o ponto de serem vividos como naturais e de legitimarem estereótipos degradantes e hierarquias sociais. Analisar o discurso, nessa visada, é demonstrar os mecanismos históricos, interacionais e textuais que estão na base de processos de fundação, legitimação e dissimulação ideologicamente investidos.

Privilegiando-se a potência constitutiva da linguagem, pode-se considerar, ainda, que rastrear os pontos de origem de certos discursos, suas formas de produção, circulação e consumo, contribui para desestabilizá-los. A mesma natureza simbólica dos mecanismos discursivos que cristalizam sentidos e criam consensos possibilita a subversão e o desmantelamento dessas verdades aparentes, a criação de sentidos contestatórios, a reivindicação de identidades alternativas, a desnaturalização de relações assimétricas de poder. Cada vez mais, propostas emancipatórias nos estudos de base discursiva sublinham as possibilidades de resistência, contestação e transformação das relações de opressão.

Por isso, e por fim, é preciso concluir que estudar o modo como o poder se constrói e se modifica, é aceito ou rejeitado, é perpetuado ou subvertido, equivale, ao fim ao cabo, a fazer um trabalho político. E esse é o espírito dos trabalhos reunidos nesta edição da Escrita. Resguardadas as diferenças entre as abordagens aqui presentes, os artigos se ocupam de interrogar as perspectivas históricas, culturais e situadas presentes em seus objetos, fazendo-nos avançar em direção a concepções plurais da vida social.